



SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

OFÍCIO Nº 125/2023/CTEYANOMAMI

Em 05 de maio de 2023.

A Sua Excelência a Senhora
SÔNIA GUAJAJARA
Ministra dos Povos Indígenas

Assunto: **Convocação para prestar informações à CTEYANOMAMI – REQ 24/2023/CTEYANOMAMI.**

Senhora Ministra,

No intuito de instruir os trabalhos da Comissão Temporária Externa criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 34, de 2023, para que, “no prazo de 120 dias, acompanhe *in loco* a situação dos Yanomami e a saída dos garimpeiros de suas terras”, informo que foi aprovado na 12ª reunião da comissão o requerimento nº 24/2023/CTEYANOMAMI, convocando V. Exa. para prestar informações a este colegiado.

Em respeito às altas demandas próprias do Ministério dos Povos Indígenas, peço a V.Exa. que indique as datas possíveis para seu comparecimento perante o plenário desta Comissão, no prazo máximo de 20 (vinte) dias.

Solicitamos que as proposições das datas sejam encaminhadas à secretaria da comissão para o endereço eletrônico cteyanomami@senado.leg.br, até o dia 12 de maio de 2023.

Atenciosamente,

Senador CHICO RODRIGUES
Presidente da Comissão Temporária Externa CTEYANOMAMI





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Dr. Hiran

REQUERIMENTO Nº DE - CTEYANOMAMI

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 50, *caput*, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação da Exma. Sra. Sônia Guajajara, Ministra dos Povos Indígenas, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar esclarecimentos ao Senado Federal sobre as acusações públicas direcionadas à população de Roraima e ao Governador do Estado, Antonio Denarium, no sentido de incentivar, apoiar e fomentar a atividade ilegal de garimpo Terras Indígenas Yanomami.

JUSTIFICAÇÃO

Em coletiva de imprensa realizada em 1º de maio, a Ministra afirmou, de maneira ostensiva, que Roraima tem como principal atividade econômica o garimpo ilegal, e que o Governo Estadual insiste em apoiar a permanência da extração mineral ilícita em terras indígenas.

As declarações públicas em questão menosprezam, desrespeitam e desacatam milhares de roraimenses que trabalham arduamente em atividades econômicas legalizadas e essenciais para a geração de renda do Estado e do País. Inúmeras pessoas de bem, de índole correta e que vivem sem qualquer relação com atividades

ilegais ou com o crime organizado foram injustamente vinculados à criminalidade em meio a acusações que generalizam a questão, menosprezam a complexidade da crise humanitária, assim como ignora o Pacto Federativo e as responsabilidades da União.

Além disso, a Ministra autora das falas caluniosas imputa, de forma irresponsável e sem provas, crime ao Chefe do Poder Executivo de um Ente da Federação brasileira. Em virtude dessa postura inadequada e de um discurso desarrazoado, que deteriora a reputação de nosso povo e de seus representantes, especialmente por parte de uma Ministra de Estado, pedimos aos nossos pares a aprovação deste Requerimento para esclarecermos essa grave situação.

Sala da Comissão, 4 de maio de 2023.

Senador Dr. Hiran
(PP - RR)